

# Como nos tempos do E. M.

**O massacre de 30 pessoas na Baixada Fluminense, no qual estão envolvidos policiais militares, lembra a ação dos Esquadrões da Morte, grupos de extermínio da época da ditadura**

Flávio Dagli

O bar Águia Branca, no centro de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense (RJ), estava bem movimentado no último 31 de março. A música sertaneja que vinha de uma máquina de karaokê localizada nos fundos tomava conta do local. Numa das mesas, entre um gole e outro de cerveja e cachaça, quatro homens conversavam há horas. Por volta das 20h00, se levantaram e entraram num veículo Gol, estacionado na frente do estabelecimento. Quem assumiu a direção foi Carlos Jorge Carvalho, soldado do 20º Batalhão da Polícia Militar, de Mesquita. O carro é de Marco Antônio dos Santos Carneiro, um comerciante, amigo de infância de Carvalho. Os outros três passageiros são colegas de trabalho do soldado: os cabos Marco Siqueira Costa e José Augusto Moreira Felipe, do 24º BPM, de Queimados, e o soldado Júlio César Amaral de Paula, do Grupamento Especial Tático-Móvel (Getam).

O Gol seguiu para o bairro de Posse, em Nova Iguaçu. Horas depois, foram encontrados no Município os corpos de 18 pessoas, mortas a tiros, disparados contra a cabeça e o peito. Na vizinha Queimados, outras 12 vítimas, assassinadas nas mesmas condições, foram descobertas pela polícia

(ao alto, uma das cenas dos crimes ocorridos na cidade).

Os quatro PMs do bar Águia Branca, segundo o diário *O Globo* e informações divulgadas pela Polícia Civil fluminense, seriam os autores dos disparos contra as 30 vítimas da chacina. Outros sete policiais militares foram presos por cumplicidade no crime – eles estiveram nos locais onde as vítimas foram baleadas para recolher cápsulas dos projéteis e remover outras provas técnicas.

**Comando Azul** A ação do grupo de PMs não chega a ser uma novidade na Baixada Fluminense. Milícias clandestinas são tão comuns por ali que até ganharam um apelido, “Comando Azul”, em alusão à facção criminosa “Comando Vermelho” (azul é a cor das fardas da PM). Segundo levantamento feito por policiais do Departamento de Homicídios da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, há pelo menos 10 desses grupos clandestinos – a maioria formada por PMs da ativa e da reserva – agindo na região.

A formação de bandos com participação de policiais não é exclusividade do Rio de Janeiro. Apenas 5 dias depois do episódio da Baixada, a Polícia

Federal no Paraná prendeu oito pessoas acusadas de formar um grupo armado para proteger fazendeiros de eventuais ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dos detidos, um havia sido expulso da PM e quatro eram da reserva da corporação, inclusive o apontado como o chefe, tenente-coronel Valdir Copetti Neves, que chefiava o setor de logística do Estado Maior.

A organização de policiais em grupos clandestinos de cunho criminoso não é coisa dos dias atuais. Os primeiros datam dos tempos de ditadura militar – eram os chamados Esquadrões da Morte, concebidos inicialmente para vingar policiais civis mortos por bandidos. A chamada Scuderie Le Cocq é considerada o primeiro grupo de extermínio a atuar. Composta por policiais civis do Rio de Janeiro, médicos, jornalistas e outros profissionais liberais, além de membros do Exército, foi criada após a morte do detetive Milton Le Cocq de Oliveira pelo bandido *Cara de Cavalo*, em 1964.

Ao longo dos anos, a Scuderie se transformaria numa rede de proteção de bicheiros e comerciantes. Essa organização agiu no Rio de Janeiro até 1971 e levantamentos da imprensa na

época revelaram que 767 corpos foram encontrados com sua marca – um cartaz com o desenho de um crânio e duas tibias cruzadas, semelhante ao das bandeiras piratas, com as iniciais E. M. (de Esquadrão da Morte).

Mais ou menos na mesma época surgiu em São Paulo outro Esquadrão, também formado por policiais civis, cujos crimes eram comunicados à imprensa por alguém que se auto-identificava como “Lírio Branco”. Comandou o grupo o detetive Sérgio Paranhos Fleury, famoso por sua participação na repressão política durante a ditadura militar.

**Cria da ditadura** Não há notícia da participação sistemática de policiais militares em Esquadrões da Morte durante nessa época. Na verdade, as PMs – criadas pela ditadura – eram utilizadas como forças auxiliares dos órgãos de repressão política. Até sua constituição, o policiamento era realizado por três órgãos estaduais: uma polícia investigativa, civil; uma corporação encarregada do policiamento ostensivo, também civil; e uma força militarizada, que funcionava como um exército estadual, submetida diretamente às ordens do governador (empregado apenas imitadamente, para controlar agitações populares e realizar policiamento em cidades do interior).

Os militares que chegaram ao poder em 1964 queriam ter controle absoluto da ordem pública dos Estados e por essa razão decidiram unir a patrulha civil com a força militarizada, criando, assim, a Polícia Militar. Um Decreto-Lei de 1969 instituiu a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), um órgão ligado ao Estado-Maior do Exército Nacional e liderado por um militar de alta patente (general-de-brigada), que passou a controlar e treinar a nova polícia. A PM ganhou uma organização hierárquica de caráter militar, que ainda se mantém: embora o posto mais alto da corporação seja o de coronel, os demais degraus hierárquicos que um policial militar pode galgar coincidem com os do Exército. Além disso, “às PMs são aplicados o mesmo Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar a que são submetidas as Forças Armadas”, diz o artigo do promotor de Justiça Ythalo Frota Loureiro, do Ceará, publicado no site da

Internet *Jus Navegandi*. “O Regulamento Disciplinar das PMs é semelhante ao Regulamento Disciplinar do Exército”, diz Loureiro.

O treinamento das PMs também foi copiado, ao menos em parte, ao dos componentes das Forças Armadas: em 1969, por exemplo, eles foram ensinados a usar metralhadoras, bazucas e até carros blindados para combater as organizações políticas clandestinas que combatiam o regime militar.

As PMs logo se destacaram pela forma extremamente violenta de atuação. O jornalista Caco Barcellos, em seu livro *Rota 66*, baseado em dados extra-oficiais, afirma que, apenas nos primeiros cinco anos de existência da PM paulista, a corporação matou 274 pessoas somente na cidade de São Paulo. Esse número, diz o jornalista, supera o de mortes atribuídas especificamente aos órgãos da repressão política ao longo dos 21 anos da ditadura, “quando os agentes da Polícia Civil e do Exército, empregados no combate a ativistas políticos, são acusados pela execução de 269 pessoas – 144 oficialmente mortos e 125 desaparecidos”.

**Dois vítimas por dia** O saldo de mortos pela PM em ações oficiais, cresceu no decorrer dos anos, mesmo após a ditadura. Segundo dados da Ouvidoria da Polícia Militar de São Paulo, mais de 6.000 pessoas foram mortas por policiais da corporação entre 1991 e 2000 – só em 1992, foram 1.421. Ao longo desses 10 anos, a PM paulista matou em média quase duas pessoas por dia. No mesmo período, as vítimas da Polícia Civil foram pouco mais de 300.

A Constituição de 1988 extinguiu a Inspeção Geral e devolveu o controle das PMs aos Estados. Mas as manteve como “forças auxiliares e reserva do Exército”. Ou seja: em caso de guerra, o Exército pode convocar e, nesse caso, comandar os policiais militares para lutar. O que, claramente, manteve um aspecto básico da sua formação, como lembra o ex-vice-prefeito paulistano Hélio Bicudo, que na década de 1970 destacou-se

como procurador de Justiça em São Paulo para investigar crimes atribuídos ao Esquadrão da Morte. Ele disse a REPORTAGEM que os métodos violentos, que ainda marcam o trabalho da PM, decorrem do treinamento de caráter militar que ainda é dado aos seus integrantes. “Quando o PM sai para policiar, ele sai para a guerra. Sai para matar”, disse Bicudo.

Ao longo dos anos, a guerra de que fala Bicudo teve diversos episódios sangrentos em vários pontos do país. Em 1992, quando a PM paulista matou mais de 1.400 pessoas, ocorreu a famosa invasão do presídio do Carandiru, durante uma rebelião de presos, que resultou na morte de 111 detentos. Em 1996, durante uma manifestação de sem-terra em Eldorado dos Carajás, a atuação da PM paraense deixou 19 mortos. E neste ano, em Goiânia, no cumprimento de uma ordem judicial de reintegração de posse de uma área ocupada havia 9 meses por 12 mil sem-teto, a PM invadiu o local, encontrou resistência dos ocupantes e o conflito que se seguiu deixou duas pessoas mortas e 45 feridas.

Além do tipo de treinamento, outro fator apontado por especialistas para a violência da PM é a impunidade. A nova Constituição manteve em essência a regra segundo a qual policiais militares envolvidos em crimes durante o patrulhamento são julgados pela Justiça Militar. Hoje, apenas os casos em que a corporação considera o crime como doloso são levados à Justiça

*As PMs, diz Hélio Bicudo, encaram o policiamento como guerra – e isso produz episódios como os de Eldorado dos Carajás e do Carandiru (abaixo), quando 111 presos rebelados foram mortos*





Os grupos clandestinos de policiais têm como precursores a Scuderie Le Cocq, no Rio de Janeiro (acima, o grupo de Le Cocq, no início dos anos 1960), e o Esquadrão da Morte, em São Paulo

Pesquisa ODI

“contaminada” e “urge grande reforma”. A opinião é endossada pelo presidente nacional do PT, José Genoíno, em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* – ele propôs, entre outras mudanças, o aperfeiçoamento dos “aparatos policiais, com expurgos e melhoria no sistema de recrutamento, a exemplo do que vem fazendo a Polícia Federal”.

As medidas de controle da polícia, no entanto, não atacam outras questões tão essenciais quanto a corrupção policial, como a desigualdade social e a criminalidade de forma geral. É a combinação desses fatores que forma o ambiente no qual se desenvolve a

idéia de que se deve recorrer a “justiçeiros” como solução alternativa para combater a criminalidade, principalmente em comunidades pobres, como a dos Municípios da Baixada Fluminense. “Existe uma moralidade nisso: se não há ordem típica do Estado, aceita-se que policiais a imponham à sua maneira, desde que isso gere um mínimo de convivência pacífica previsível, fora do padrão constitucional”, explicou o cientista político Alberto Almeida à *Folha de S. Paulo*. Ele realizou uma pesquisa segundo a qual 30% dos brasileiros apóiam sempre, ou na maioria das vezes, diferentes formas de punição ilegal, como a polícia matar assaltantes rendidos ou bater nos presos para que eles confessem os crimes.

Nova Iguaçu, por exemplo, é desses locais onde condições sociais adversas se misturam com altos índices de criminalidade. O Município já registrou, desde o início deste ano, duas chacinas: além dos 30 mortos de março, houve o assassinato de uma mulher e seus 6 filhos em fevereiro. Seus 820 mil habitantes sofrem com a falta de saneamento básico (a rede de coleta de esgotos atinge apenas 51,8% dos domicílios e a de abastecimento de água, 81%).

Genoíno está atento a esse aspecto do problema – ele defende medidas de natureza social “junto a populações de risco” como forma de combater a criminalidade. E o governo federal anunciou em abril medidas dessa natureza.

Em entrevista à *Agência Brasil*, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse que a União está trabalhando para implantar um plano de ação na região, envolvendo os Ministérios da Saúde, das Cidades e da Justiça.

**Lei seca** A eficácia de ações sociais como forma de redução da criminalidade pode ser comprovada no Município de Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo. Em 1999, a cidade liderava o *ranking* das mais violentas do Estado, com uma média de um assassinato por dia. O quadro começou a mudar depois que foram postas em prática medidas tanto de ordem social quanto de segurança pública. O carro-chefe das mudanças foi a lei municipal – apelidada de “lei seca” – que obriga que os 4.800 bares e similares que funcionam nos 30 km<sup>2</sup> da cidade baixem suas portas após as 23h00. Além disso, o combate à violência passou pela aproximação do trabalho das Polícias Civil, Militar e da Guarda Civil e por programas de inclusão social postos em prática pela Prefeitura, como a urbanização de favelas, hoje chamadas de núcleos habitacionais.

Diferentemente das cidades da Baixada Fluminense, em Diadema houve investimento em infra-estrutura social, o que dotou o Município de uma eficiente rede coletora de esgotos, de distribuição de água tratada e de coleta de lixo, que atinge mais de 98% dos habitantes da cidade. O resultado combinado dessas ações foi que o número de assassinatos cometidos por civis caiu de 374, em 1999, para 129, no ano passado. O que deslocou a cidade do primeiro para o 18º lugar no *ranking* de violência do Estado.

O prefeito de Diadema, José Filippi (PT), tem como meta atual que a cidade fique um mês sem a ocorrência de nenhum assassinato. Para ele, o maior desafio a enfrentar é o tráfico de drogas, responsável por 70% dos homicídios. “Ainda precisamos ampliar políticas públicas de valorização da juventude, oferecendo R\$ 130 por mês ao adolescente de 14 e 15 anos que voltar a estudar e participar de atividades de reforço escolar, cultura, lazer, esporte e formação profissional”, disse o prefeito em entrevista a *O Estado de S. Paulo*. ■

ça comum.

É isso que pode explicar a grande quantidade de crime em que se envolvem os policiais militares. Segundo dados da Ouvidoria da Polícia Militar do Rio de Janeiro, do início de 2003 a setembro de 2004 foram instaurados 637 inquéritos contra seus integrantes. Na Auditoria Militar fluminense há 1.090 processos em tramitação, sendo que desses, 185 tratam de policiais acusados de roubo e outros 70 são contra PMs envolvidos com seqüestro. A Ouvidoria registrou ainda 101 denúncias de envolvimento de PMs na formação de grupos de extermínio – o crime já ocupa a 9ª posição entre os delitos mais praticados por policiais do Estado.

**Como pitbulls** O deputado estadual fluminense Carlos Minc (PT), em entrevista a *O Globo* no início de março, atribui o envolvimento de policiais com o crime também às más condições de trabalho. “Hoje os policiais ganham mal, são tratados como *pitbulls* e têm de apresentar resultados”. Os baixos salários levariam os policiais a fazerem os chamados “bicos” para complementar os ganhos, entre os quais serviço de proteção a comerciantes — ou a qualquer outro que pague melhor que a corporação, inclusive traficantes de drogas.

Minc, que foi autor da lei que criou a Ouvidoria de Polícia no Rio de Janeiro, afirma que a polícia do Estado está